

Um momento crítico

Desde há alguns meses, o Brasil vinha dando sinais de que finalmente estaria reencontrando o rumo da estabilização econômica. É certo que a inflação se mantinha em alta, mas a escalada era bem mais lenta que a prevista pelos alarmistas de plantão, sendo mantida sob controle. O mais importante é que focos estruturais de desajustes vinham sendo debelados. Era o caso da renegociação em termos bastante favoráveis da dívida externa, o gradual e voluntário alongamento da dívida interna e a busca negociada de soluções para os problemas do endividamento dos estados e dos produtores rurais, etc. Menos adiantada, mas ainda assim sendo preparada sobre bases razoáveis e não-traumáticas, estava a questão da reforma fiscal e do reequilíbrio das contas públicas federais.

A crise política desencadeada pelas denúncias que geraram a CPI do Orçamento tumultua o processo de recuperação do Estado. Naturalmente, não se trata de negar a importância vital para a democracia de se apurar as irregularidades que, ao que tudo indica, vinham ocorrendo há anos e envolvendo recursos fantásticos. Investigar os fatos denunciados, punir os eventuais culpados e, o que é mais necessário, evitar que as fraudes, desvios e subornos voltem a ocorrer — pelo menos da forma como vinham ocorrendo — é algo tão importante para o saneamento da máquina estatal, a fim de que esta possa ser utilizada na sua capacidade máxima em função das atribuições precípuas do Estado, quanto às medidas econômicas.

É inegável, porém, que, se é dos momentos de crise que nasce o novo, nem por isso deixa de ser verdadeiro que as etapas críticas produzem, no plano imediato, efeitos negativos e muitas vezes perversos. A questão do emprego é significativa. No mês de outubro, a indústria paulista, conforme dados divulgados nesta segunda-feira, registrou o pior nível de emprego desde dezembro do ano passado, com o fechamento de 14.862 postos de trabalho.

As demissões não podem ser atribuídas

diretamente à crise política gerada pela CPI, até porque esta apenas iniciara seus trabalhos. O ministro do Trabalho, por exemplo, atribuiu a queda do nível de emprego ao aumento das taxas de juros que foi praticada pelas autoridades monetárias como forma de evitar um salto nos índices de inflação. Empresários de diversos setores apontaram outros fatores, como a antecipação do recolhimento do IPI, outras medidas tributárias e a demora do comércio em fazer suas encomendas de fim de ano.

Reunidas as causas imediatas apontadas como responsáveis pela queda do nível de emprego, torna-se claro que há, por trás delas, dois fatores comuns: a incerteza em relação ao futuro próximo (a revisão constitucional está emperrada, a reforma tributária a ela vinculada não entra em sua fase decisiva e as descobertas da CPI tumultuam o cenário político); e a tendência dos agentes econômicos de adiar investimentos e buscar uma aplicação tão segura, rentável e de alta liquidez quanto possível para seus recursos. Assim age o empresário e assim age o cidadão que adia a troca de carro — deixando os pátios das concessionárias e montadoras com um estoque como há algum tempo não era visto — ou que posterga outros gastos não urgentes.

Talvez seja inevitável, nas condições atuais, que as medidas econômicas e moralizadoras de que o País tanto necessita provoquem ondas de choque que acabem afetando com maior intensidade aquela parcela da população que menos responsabilidade tem pelas irregularidades e que menos condições possui de se defender das consequências daquelas. Precisamente por esta razão é preciso reunir esforços para que esta transição ocorra com a maior rapidez possível. Do contrário, os elementos que surgiram como fatores de transformação para melhor podem se transformar em freio às mesmas, gerando na sociedade a sensação de que o Brasil é uma nação bloqueada, um sentimento que jamais conduzirá a algo positivo.